

Uma narrativa acerca do posicionamento do Governo do Rio Grande do Sul sobre a questão indígena

Violência, práticas inconstitucionais, vacilo político, incentivo a conflitos e atos diretos de coação e coerção marcam a postura do Governo Tarso frente à problemática da demarcação de terras indígenas no Rio Grande do Sul

O ardiloso discurso do “medo da direita”, associado a um travestido pragmatismo político com a intenção de manter o Partido dos Trabalhadores no poder, ajuda a explicar o fato de o Governo Tarso e seus aliados terem aderido à política nacional de defesa explícita do agronegócio e de proteger o latifúndio a qualquer preço. Esta postura permanece firme até mesmo quando os interesses e ações das elites agrárias confrontam os direitos constitucionais sofridamente conquistados pelos povos originários e implicam um massacre físico e cultural dos povos indígenas e quilombolas.

Aliados a mídia hegemônica e usufruindo muito bem de suas relações com estes veículos de comunicação, representantes do governo, em especial aqueles ligados a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), insistem em difundir e alimentar em horário nobre, a cada novo avanço nos processos demarcatórios, a conveniente falácia de que a problemática que envolve a demarcação das terras indígenas no Rio Grande do Sul se resume a um conflito de interesses entre dois setores da base da sociedade gaúcha, os povos indígenas e os pequenos agricultores.

Este discurso de alto apelo social e ampla capacidade de comoção esconde a essência de um problema histórico e político bem mais profundo, acabando por amenizar a negligência do governo na resolução da questão e retirando dos holofotes o maior interessado na paralização dos processos de demarcação dos povos originários – o agronegócio brasileiro. Mesmo em áreas onde coexistam interesses dos pequenos agricultores e indígenas de forma direta, apontar os dois grupos como agentes e protagonistas destes confrontos é na verdade, garantir a proteção das elites agrárias em uma segunda instância.

A lógica é bem simples. A única postura possível para a resolução dialogada deste problema, admitida inclusive pelo próprio governador Tarso Genro frente às lideranças indígenas do RS, é a indenização plena dos agricultores (terra e benfeitorias) e a demarcação das áreas tradicionais. Desta forma os interesses e necessidades dos dois grupos estariam contemplados, tanto no que se refere à produção quanto ao acesso aos territórios imemorais e originários. O problema para o governo é que, como tudo que ocupa espaço, estes agricultores terão de ser assentados sobre outras áreas que não necessariamente aquelas que o estado pretende apresentar como devolutas.

Este fato pode publicitar ou deflagrar o processo de reforma agrária que se encontra paralisado através dos acordos do governo com os ruralistas e com certas direções estaduais de alguns movimentos sociais, populares e camponeses. O problema agrário gaúcho (sobretudo o de produção) não está vinculado à diminuta porcentagem de terra ocupada hoje pelos povos indígenas, menor que 0,4 % do território. Portanto, será necessário reconhecer que o problema também envolve grandes áreas privadas no Estado, ou seja, latifúndios estes que potencializam os conflitos entre agricultores, indígenas e quilombolas.

Mesmo quando os agentes governamentais publicamente assumem um discurso pró-indenizações (o que até então não passou de discurso), logo em seguida vem sempre a reboque a real pauta de interesse dos governos Federal e Estadual. Esta pauta é na verdade a revisão sistemática das terras indígenas já demarcadas. Atacam desta forma, não somente os direitos que os indígenas buscam e que os governos covardemente deixam sempre de implementar, mas sim, também aqueles que já foram conquistados pelos povos indígenas através da luta histórica de suas lideranças e comunidades no passado.

Esta busca pelo desmonte das áreas indígenas já demarcadas acompanha passo a passo os inúmeros projetos da bancada ruralista (amplamente apoiada pelo PT) de modificação dos critérios de demarcação que visam garantir a participação dos agentes do agronegócio no processo demarcatório. De nada adianta aos povos indígenas um suposto aceno

governamental favorável às indenizações e a promessa de demarcação de suas Terras, quando este governo, na verdade quer, através das novas óticas e critérios, paralisar tanto as áreas em discussão como as já demarcadas.

Enquanto o discurso do “conflito entre os pequenos” desvia o foco principal e afasta as possibilidades de uma resolução concreta tanto para agricultores quanto para os povos indígenas, a atuação do governo consiste em enviar representantes ou comitivas para explorar a situação de hipervulnerabilidade e miséria das comunidades indígenas e oferecer a estas, em detrimento dos territórios a serem demarcados, pequenas áreas estaduais quase sempre degradadas. Estas áreas acabam sendo consideradas pelas comunidades indígenas uma alternativa à medida que o governo as utiliza como moeda de troca.

É oferecendo moradia e outros direitos básicos, até mesmo como acesso a água potável para indígenas que se encontram há mais de 30 anos em barracos de lona à beira de rodovias, que o governo e seus aliados têm tentado sistematicamente afastar os indígenas de seus territórios tradicionais para abrir algumas das últimas porteiras que se encontram fechadas ao latifúndio na vasta terra gaúcha.

À medida que o movimento indígena, empoderado e consciente passou a pressionar o governo e exigir o cumprimento constitucional de seus direitos, este passou a agir de modo mais violento, incentivando conflitos e utilizando-se de práticas coercivas para tentar cooptar lideranças indígenas. Vamos dar relevo a alguns acontecimentos, ações e personagens do Governo Tarso para tentar explicitar o que denunciamos acima.

25/05/2013 – Dando sequência à política de paralização das demarcações de terras indígenas já efetuadas anteriormente no Mato Grosso do Sul e no Paraná, a Chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann convocou o Governador Tarso Genro para uma reunião em Brasília onde propôs que o Rio Grande do Sul também se alinhe à política nacional de readequação dos processos demarcatórios. A proposição (entenda-se também ordem de comando) foi prontamente atendida por Tarso que acabou por surpreender lideranças indígenas e indigenistas. Desta forma, a pressão inconstitucional originalmente pautada pelos ruralistas através de projetos de emendas constitucionais, projetos de leis e a Portaria 303 da AGU, evidencia que a política do governo petista se consolidou numa ampla composição – União, Estados e Municípios –, passando a funcionar como uma rede antiindígena nas regiões de interesse do agronegócio.

Neste sentido, notas técnicas da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR) foram elaboradas para subsidiar a posição do Governador na mencionada reunião. Todas devidamente assinadas pelo Secretário Ivar Pavan, as notas já indicam concretamente a compra de terras estaduais para os indígenas como solução. Esta política de compra de terras será a linha mestra na sequência das ações inconstitucionais e desrespeitosas do governo estadual.

04/06/2013 – Lideranças indígenas e quilombolas, em uma bela luta pelos seus direitos, ocuparam a frente do Palácio Piratini para exigir explicações do Governador quanto à paralização das demarcações. Enquanto isso, aldeias do norte do Estado realizaram o trancamento de rodovias até que a posição do Governo do Estado, assumida junto ao governo federal fosse revista.

Em reunião com lideranças Kaingang e Guarani o Governador negou o comprometimento com Gleisi Hoffmann e colocou-se favorável às demarcações de terras, inclusive afirmando que seria a única solução para o conflito com os pequenos agricultores.

Enfatizou que os títulos de propriedade dos agricultores concedidos de maneira ilegal pelo Estado em épocas anteriores eram completamente nulos frente ao direito imemorial indígena e que o governo assumiria a responsabilidade que lhe cabia. Tarso Genro pediu 60 dias para buscar junto ao Governo Federal uma solução negociada que, segundo ele, invariavelmente, seria a indenização plena dos agricultores e a continuidade dos processos demarcatórios. Garantiu, ainda, grupos de apaziguamento para as áreas de conflito entre indígenas e agricultores.

A Via Campesina, através de nota pública, lançada dois dias depois, colocou-se a favor das demarcações e da indenização plena dos agricultores acentuando que “a existência de conflitos em ocupação dos territórios se deve à negligência do Estado brasileiro no processo de demarcação de terras e assentamentos das famílias camponesas” (site do MST).

13/06/2013 – Em Sananduva, região nordeste do estado, acirrou-se um conflito que já era inevitável entre agricultores e indígenas Kaingang da aldeia Passo Grande da Forquilha. Este episódio marcou o início dos descumprimentos e das intencionais negligências governamentais acerca dos acordos estabelecidos, dentre eles, a criação dos grupos de apaziguamento garantidos nove dias antes pelo Governador Tarso Genro.

Bem pelo contrário. O conflito foi causado e incentivado pelo próprio governo à medida que o chefe de gabinete da SDR, Inácio Benincá e o diretor geral, Elton Scapini repassaram algumas informações internas, advindas da Funai, a representantes da FARSUL – Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (que o governo insiste em travestir de FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar).

Estas informações foram deturpadas e chegaram totalmente distorcidas a base dos agricultores. A informação repassada pela Funai a SDR foi que um grupo de policiais federais acompanharia os antropólogos componentes de um grupo de estudos – GT da Funai – para dar sequência aos estudos de tradicionalidade da área a ser demarcada para o povo Kaingang.

A informação acabou chegando aos agricultores com o teor de que os policiais estariam lá para iminentemente começar o processo de retirada dos agricultores sem a indenização a eles garantida.

Nada surpreendente vindo da parte de dois políticos que historicamente mantiveram seus cargos com o apoio do “pequeno agronegócio” e do nicho eleitoral agricultor. Para eles, o conflito interessa desde que possam ser identificados como defensores do interesse dos ruralistas e agricultores, mesmo que sob a pena de descumprir o estabelecido na Constituição quanto à garantia dos direitos dos povos originários. Os serviços prestados certamente farão render a estes senhores bons cargos e gordos salários quando forem eleitos deputados federal e estadual.

15/06/2013 – Ainda no caso de Sananduva, foi anunciada aos indígenas durante os conflitos do dia 13 de junho, através das palavras de Ivar Pavan, secretário da SDR, uma reunião para o dia 15/06. Esta reunião contaria com representações das partes conflitantes além de representante oficial do Governo do RS e da Funai e teria a finalidade de fazer as partes chegarem, através de solução negociada, ao fim do conflito estabelecido.

A reunião nunca aconteceu. No mesmo dia e hora que deveria ter se realizado, a não mais do que 100 km do local marcado, o governador Tarso Genro, acompanhado do ministro de Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, secretários de estado e diversos deputados foram à cidade de Erechim oficializar a entrega de maquinário agrícola para agricultores da região. Recebidos por manifestantes que supostamente representavam os interesses dos pequenos agricultores, o governador garantiu, em discurso contraditório ao realizado frente às lideranças indígenas, que em seu governo nenhum agricultor deixaria suas terras e assegurou que se houvesse uma decisão da Justiça para tirar as terras dos agricultores, iria para a cadeia e não cumpriria a determinação.

As palavras incendiárias de Tarso Genro surtiram efeito inevitável menos de duas horas depois. O ponto mais crítico do conflito de Sananduva deflagrou-se e houve troca de tiros por parte dos agricultores e de pedras por parte dos indígenas. Quatro pessoas ficaram feridas e foram hospitalizadas. O Ministério Público Federal de Erechim citou o governador como sendo incitador direto do episódio do conflito, questionou-o quanto à promessa de não respeitar determinações legais e alertou sobre a possibilidade de ações judiciais caso eventos semelhantes se repetissem.

Julho de 2013 - Depois dos episódios de violências seguiu-se uma intensa agenda de reuniões entre indígenas, órgãos federais como a Funai e MPF, e demais instâncias envolvidas

nos procedimentos demarcatórios. Houve trancamentos de rodovias tanto pelos indígenas quanto pelos ruralistas e ocorreram mais dois focos de conflito entre os Kaingang de Passo Grande da Forquilha e os ditos agricultores. Pessoas foram presas (há suspeita de que sejam pistoleiros contratados por sindicatos rurais) e outras ficaram feridas nos confrontos.

Pelo estado afora centenas de indígenas e quilombolas mobilizaram-se e passaram a denunciar práticas de desmonte aos direitos tradicionais realizadas com o consentimento do Governo Federal através de novos projetos de lei que alteravam os procedimentos demarcatórios sempre beneficiando as elites agrárias.

Para o governo gaúcho, tudo parece ter passado ao largo. Mas na verdade o governo observava atento e astuto. Silenciosamente, as promessas feitas por Tarso Genro foram esquecidas e o Governo do RS se concentrou na tentativa de persuadir indígenas, que há muito sofrem nas beiras de estradas, sem condições básicas de vida garantidas a entregarem seus territórios tradicionais em troca de pequenas áreas concedidas pelo Estado. Cabe citar o caso do acampamento Mbya Guarani do Irapuã, localizado entre os municípios Cachoeira do Sul e Caçapava, onde o povo Guarani de maneira valente ignorou tais propostas para buscar seus direitos tradicionais.

No dia 25 de julho, cansada de viver por incontáveis décadas acampada em condições desumanas à beira da BR-290, em frente a uma terra de 222 hectares já há muitos anos delimitada pela Funai como sua, decidiu reocupar seu território imemorial. A demarcação desta área depende apenas, para se efetivar, da Portaria Declaratória que deve ser expedida pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Sobre esta terra não existem benfeitorias, não existem áreas agricultadas e nenhum outro artifício utilizado pelo Governo Federal para a não demarcação. Tudo que há naquela terra é a criação extensiva ilegal de gado, contudo, os indígenas receberam de Cardozo à indiferença e o silêncio.

O Ministério Público Federal de Cachoeira do Sul, cumprindo para com sua atribuição legal, enviou ao ministro um documento que evidencia esta situação e sugere a demarcação. Porém, nenhuma posição ou resposta retornou ao órgão. Os indígenas já tiveram seus barracos queimados e forçados a retornar à beira da estrada por uma articulação de “proprietários”, muitos dos quais sequer possuem posse sobre a área em litígio. Indigenistas e servidores da própria Funai foram ameaçados por estes pretensos “proprietários”.

01/08/2013 – Com o prazo de 60 dias dado pelo governo do Estado (na reunião do dia 04/06) quase esgotado e sem que houvesse apontado absolutamente nenhum caminho para resolver na prática a problemática das indenizações dos afetados pela demarcação de terras, somado às pressões exercidas pelas comunidades indígenas, quilombolas e de aliados dos povos originários, foram anunciadas em caráter público duas reuniões a serem realizadas no dia 1º de agosto. A primeira com os povos indígenas e quilombolas e a segunda com representantes da Fetraf-Sul.

As reuniões contaram com a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, representando o Governo Federal, do próprio Governador Tarso Genro, da Presidência da Funai, da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo na figura de seu secretário Ivar Pavan, de demais secretários do Estado e de um personagem, Milton Viário, que apesar de desempenhar um mero papel figurativo na referida reunião vem se constituindo como um dos mentores da política de desrespeito dos direitos constitucionais dos povos tradicionais. Milton Viário é assessor direto do Governador e representa os aliados do governo nesta promíscua composição com o agronegócio. Neste caso representa mais precisamente a Consulta Popular, movimento pelo qual Milton atua.

Na audiência com os indígenas, realizada na sede do INCRA (Porto Alegre), para além das mentiras apresentadas pelo secretário Ivar Pavan, o discurso assumido pelo Governo do Estado tomou um rumo muito parecido com aquele proferido pelo governador na reunião realizada com as lideranças indígenas e quilombolas no mês de junho. A mesma fala conveniente de Tarso Genro, porém sem a mesma capacidade de sedução anterior, já que os jornais locais da região norte do Estado, amplificaram meses antes em alto e bom tom as falas

controversas e de caráter antidemarcatório que o governador assumiu frente aos ruralistas em mais de uma ocasião.

Por parte de Cardozo, nada além do esperado. Uma fala mecânica sem expressão e incapaz de transmitir confiança na qual o ministro tentava arquitetadamente persuadir os ouvintes mais incautos de que a discussão que envolve as demarcações girava em torno de dois direitos legítimos de posse da terra. As lideranças presentes rebateram muito bem a provocação. “Direitos dos agricultores sim. Cabe ao governo resolver e nós indígenas apoiaremos a indenização plena deles. Mas legítimos não, foram assentados sobre nossas terras e não sobre as que deveriam ser deles”. Enfatizou Roberto Santos, liderança Kaingang.

A beleza da reunião ficou por conta dos movimentos que se fizeram presentes. Somadas as falas fortes e poéticas proferidas pelas lideranças indígenas houve também o posicionamento das lideranças quilombolas. Onir Araújo, da Frente Quilombola, em discurso inspirado, evidenciou os crimes de Estado contra os povos originários enquanto uma liderança centenária quilombola emocionou os ouvintes com a história da luta do povo negro desde 1961. Desde então se arrastam as páginas desta mesma e específica história de luta pela terra.

A Via Campesina, na figura de seu representante estadual, Sedenir de Oliveira, afirmou em tom de alerta que diferentemente do Governo Tarso não há vacilo político sobre qual lado escolher e que a utilização dos pequenos agricultores pelo governo esconde a defesa de outros setores, mais explícitos em estados como o do Mato Grosso do Sul.

Como síntese de tudo, mais um prazo e a promessa de um cronograma de indenizações e demarcações adiado para o dia 30 de agosto. A seriedade das promessas e propostas feitas pelos governos federal e estadual às lideranças indígenas e quilombolas teve mais uma vez vida curta. Na verdade muito curta. Foi o justo tempo de ouvir (ou articular com) os representantes do agronegócio na reunião que se seguiu logo depois.

Esta segunda reunião, realizada junto aos que defendem os interesses dos ruralistas, teve como palco a sede da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em Porto Alegre. No decorrer da reunião houve cenas de caráter muito interessante. Primeiramente a própria sede e seus participantes. É incrível como o Governo do Estado, hoje gestado por um partido que se diz dos trabalhadores, de aliança histórica com os oprimidos do campo, consegue (ou ao menos pensa que consegue) insistir em travestir os setores conservadores da Farsul e da Fetraf-Sul (que já são quase a mesma coisa) de pequenos agricultores e garantir a estes, os inimigos dos verdadeiros pequenos (indígenas, quilombolas e, sobretudo campesinos) a legitimidade de tratar desta problemática que há muito os interessa.

Fabiano Pereira, Secretário de Justiça e Direitos Humanos, em determinada ocasião que chegou a admitir a situação alegando que “Eles (agronegócio) nos procuraram primeiro tendo, portanto, legitimidade de dialogar com o governo”. Será que o governo perdeu as pontes que construiu com os movimentos populares do campo? Será que não existem outros agentes menos beneficiados com tal participação nesses fóruns para contribuir na discussão? Será que estes, que o governo insiste em considerar legítimos, representam a ampla voz das bases diretamente envolvidas com o processo de demarcação?

Para a última pergunta existe uma resposta precisa. Não. Na maioria das áreas em conflito, muitos agricultores estão de acordo com as propostas da indenização plena e não veem nos indígenas como seus inimigos concretos. Se o Governo do Estado se dignasse ao menos a se deslocar até as bases dos agricultores, como faz sem hesitar quando parte para oferecer pequenas áreas degradadas aos indígenas, e tratasse de promover discussões públicas e transparentes sobre o tema, certamente tudo seria mais fácil.

Quanto à sede/local da discussão, tudo que se pode dizer que é lamentável, um espaço que foi usado outrora para concentrar e articular as imprescindíveis lutas sindicais, hoje seja utilizado com tanta naturalidade pelos setores conservadores do campo como se estivessem na verdade (e talvez estejam) tudo no seu devido lugar.

A reunião que deveria ser pública, como a realizada com as lideranças indígenas e quilombolas horas antes, tomou ar de confraria e de acordo secreto quando foram expulsos da mesma (depois que Milton Viário, assessor do Governador, avisou os demais representantes por telefone) os indigenistas do Cimi – Conselho Indigenista Missionário e do GAPIN – Grupo de Apoio aos Povos indígenas. Porém, a expulsão foi tardia o suficiente para que os indigenistas pudessem testemunhar um diálogo importante que em breve tomou ares de política concreta por parte do governo estadual.

Os ruralistas pediram com total agressividade e desrespeito constitucional a revogação e a suspensão das portarias declaratórias das terras indígenas onde existem conflitos com os “agricultores”, em especial Mato Preto e Sananduva. Pediram ainda, que os preceitos e critérios dos processos demarcatórios fossem modificados para que eles (ruralistas) pudessem participar ativamente do processo. O detalhe é que os mesmos já participam, e com peso. No transcorrer do procedimento de demarcação é aberta a oportunidade para questionamentos e pedidos de revisão (o direito ao contraditório) aos estudos de delimitação e identificação realizados pela Funai. O que querem eles, portanto? Dizer baseado na lógica produtiva do agronegócio o que deve ou não ser demarcado?

A resposta do Ministro da Justiça foi categórica. Mesmo com toda a possibilidade de incorporar Pôncio Pilatos, lavando as mãos do Governo Federal e lembrar aos ruralistas que existem preceitos constitucionais que devem ser cumpridos, Cardozo se limitou a dizer com palavras que mais pareciam sorrisos: “Não se preocupem, a readequação dos modelos demarcatórios é no que (para o que) o Governo Federal está com suas atenções mais voltadas neste momento”.

A expulsão dos indigenistas da reunião não permitiu que os mesmos pudessem ouvir as palavras do Governador do Estado frente aos ruralistas, porém não foi necessário. As práticas de coerção, coação e inconstitucionalidade desenvolvidas pelo governador desde então deixaram bem claro qual o lado assumido pelo Governo do Estado após e mesmo anteriormente a esta reunião.

19/08/2013 – Após as reuniões realizadas em conjunto com o ministro da Justiça, o posicionamento do Governo do Estado, que até então era marcado pelo jogo duplo e pela negligência tomou outra forma e caráter.

A primeira evidência de que o Governo do Estado assumiu em gênero e grau as propostas (ou neste caso, as indicações) dos ruralistas, foi a viagem, realizada no dia 19 de agosto, dos representantes da SDR para Erechim. O intuito da comitiva composta por Ivar Pavan, Elton Scapini e Milton Viário era o de persuadir membros do Ministério Público Federal e da Fundação Nacional do Índio – Funai a tomarem partido na paralisação dos procedimentos de demarcação das terras indígenas Mato Preto e Sananduva, além de colocar em pauta a paralisação do processo demarcatório da terra indígena Mato Castelhana, do povo Kaingang.

Uma observação não secundária é o fato de que os familiares de Elton Scapini, um dos entusiastas governamentais da política antiindígena, possuem terras, e não são poucos os hectares, em uma das regiões que compreendem uma área indígena a ser demarcada, coincidentemente claro, numa das áreas citadas acima.

Sobre a alegação de “não querer o conflito”, os representantes do governo assumiram a postura que contradiz as proposições anteriores do próprio governador Tarso Genro quanto à indenização plena dos agricultores. Na verdade a proposta do Governo do Estado se resumiu em propor a transposição dos indígenas para áreas longínquas e isoladas. Desta forma seria possível “esquecer” os procedimentos demarcatórios já iniciados e em estágio bastante avançado pela Funai. Descartada aqui a hipótese da base governista agir contrariamente às deliberações do governador, porque a presença do assessor de Tarso na reunião indica a clara ciência e consentimento deste para com as medidas adotadas.

Pelo simples fato da proposta governamental ser tão absurda quanto inconstitucional e de maneira alguma caber ao Estado apitar ou definir qual área indígena deverá ou não ser demarcada, a proposição foi prontamente rejeitada tanto pelo MPF quanto pelo órgão

indigenista. Não satisfeito, o Secretário da SDR, Ivar Pavan anunciou a mídia que buscaria diretamente junto ao Ministério da Justiça o aceite negado pelo MPF quanto à revogação dos procedimentos demarcatórios.

Contudo, a postura mais grave e deve-se dizer criminosa dos agentes de Tarso Genro, aconteceu no último dia 20 de agosto. Mostrando certo desespero, ou no mínimo pressa em garantir o cumprimento das pautas dos aliados ruralistas, personagens de peso do governo gaúcho, aproveitando-se do fato de que as lideranças indígenas estavam todas participando do Sétimo Fórum Estadual do Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI) em Porto Alegre, armaram uma arapuca que cautelosamente chamaram de reunião para tentar persuadir lideranças indígenas a abrirem mão dos territórios e direitos de seus povos.

As lideranças Joel Guarani, cacique da terra indígena Mato Preto e Leonir Franco, cacique Kaingang da terra Passo Grande da Forquilha, ambas as terras em processo demarcatório que tem sido o alvo das duras investidas dos ruralistas, foram os convidados a participarem desta pretensa conversa.

O convite veio através das convincentes e amigáveis palavras de Tâmara Biolo Soares, diretora do Departamento de Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do RS e a proposta consistia em um encontro com Fabiano Pereira, Secretário dos Direitos Humanos do Estado para tratar sobre a situação de suas terras. Poucos minutos depois de Tâmara identificar as lideranças, havia um carro do Estado os esperando para partir.

Chegando à Assembleia Legislativa, as lideranças indígenas foram separadas e conduzidas individualmente, cada qual na “sua vez” para uma sala fechada. Desta forma a liderança Kaingang só teve acesso à sala depois que a liderança Guarani já tinha ido embora e sido conduzida novamente ao local onde estava acontecendo a conferência do CEPI. Quem entrava na sala, ficava sem saber o que havia acontecido anteriormente e principalmente sem saber também, com o que o seu companheiro havia se comprometido. Tal prática de “diálogo”, mais parece com estratégia policial utilizada em delegacias.

O que se seguiu foi narrado pelas próprias lideranças e se constitui numa prática deplorável de coerção e coação por parte dos membros do Governo do Estado. Estavam presentes e atuantes na reunião: O secretário de Direitos Humanos, Fabiano Pereira, o secretário de Desenvolvimento Rural, Ivar Pavan, o chefe de Gabinete da SDR, Inácio Benincá, o diretor geral da SDR, Elton Sacapini e o maestro, o personagem que conduziu e coordenou a reunião, Milton Viário, militante da Consulta Popular e assessor direto de Tarso Genro. Ou seja, mais de cinco homens importantes do governo ao redor de uma liderança apenas.

Os representantes do governo utilizando-se de argumentos inverossímeis tentaram amedrontar as lideranças alegando que os processos demarcatórios de suas terras seriam suspensos e que tudo se resumia a uma questão de dias. Chegaram a alegar que existia uma universidade de renome, a qual não deram nome ou sigla, que já havia revisto os processos de demarcação e constatado que os procedimentos da Funai estavam equivocados.

Depois disso, tentaram convencer as lideranças a abrirem mão da demarcação de suas terras tradicionais e a aceitarem uma proposta malograda de alguns poucos hectares sob a promessa de que o governo, somente com as condições postas aceitas, garantiria que a área em questão seria dos indígenas. Em caso contrário, segundo os representantes do governo, os indígenas teriam que enfrentar processos jurídicos comuns baseados na propriedade e perderiam seus territórios de uma forma ou outra.

No caso de Mato Preto, a proposta absurda apresentada pelo Governo do Estado foi a redução drástica da terra demarcada pela Funai de 4.200 Hectares, previstos e delimitados no estudo, para 223 hectares, que corresponde a um antigo cálculo que previa esta diminuta proporção de terras para os Guarani ainda no início do século XX. O cacique Joel, entre o constrangimento e o pavor, utilizou-se da única arma que tinha para esquivar-se dos gestores estaduais, alegando que precisava dialogar com sua comunidade.

No caso de Passo Grande da Forquilha, estes seriam contemplados com cinco hectares a mais que os Guarani para abdicar da área tradicional em processo de demarcação. Os Kaingang teriam para si, se aceitassem a proposta do Estado, apenas 237 hectares.

Como se não bastasse, os representantes do estado foram além. Para compensar a perda drástica de quantidade de terra, usaram como moeda de troca as condições básicas de vida. Foram oferecidos veículos, casas, escolas, posto de saúde, água potável, luz elétrica e demais políticas públicas que garantem os direitos básicos do cidadão brasileiro. Para os caciques foi oferecido ainda “algo a mais que estes precisassem” cujo significado fica subentendido.

Nas entrelinhas, fica subentendido também, que todas estas políticas que o Estado e a União deveriam implementar simplesmente por respeito à humanidade, dependem tão somente da vontade política dos agentes do governo e não das inúmeras dificuldades apresentadas por estes quanto a “burocracia das coisas” e a “demora dos processos”. Desculpas estas que aparecem toda vez que as comunidades indígenas apresentam suas demandas. Desculpas estas que tiram vidas de pequenos indígenas a beira das rodovias nas nada confortáveis “ocas de lona preta” que suas comunidades hoje habitam.

O estado de abatimento e nervosismo em que se encontrava o cacique Joel após a reunião evidenciou o resultado das violências simbólicas praticadas pelos representantes do governo durante a dita “conversa”.

Não devemos esquecer que se esta tática não tivesse em sua essência o método coercitivo, as mesmas propostas que foram apresentadas para os caciques indígenas de maneira isolada teriam sido apresentadas publicamente no próprio fórum do CEPI que acontecia na mesma cidade, ao mesmo tempo inclusive em que o governo pressionava as lideranças. Lá estiveram por três dias, todos os caciques do Rio Grande do Sul.

O estado passou, portanto da tentativa inconstitucional de sobrepor-se as atribuições federais para paralisar os processos demarcatórios para a prática de ações diretas de coerção e coação de lideranças indígenas, aproveitando-se das péssimas condições sociais as quais se encontram os povos originários. Evidencia-se, portanto, a postura de um governo que sem escrúpulos e contra os direitos humanos defende com unhas e dentes seu mais caro aliado. A elite agrária gaúcha.

Governo Tarso Genro ataca a Assembleia dos Povos Originários

Porém, os atos de coerção e coação contra as lideranças, por incrível que pareça, não foram as atitudes mais violentas, desrespeitosas ou truculentas do Governo Tarso para com os povos originários e tradicionais. O que se descreve a seguir são as cenas de uma deplorável violência física contra a livre manifestação dos povos quando estes se colocaram na busca pelos seus direitos.

Na última quinta-feira, dia 29 de agosto, cerca de 300 lideranças e representantes (entenda-se, sobretudo, crianças e idosos) de aldeias indígenas e de quilombos do Rio Grande do Sul, somados à solidariedade de movimentos sociais e apoiadores, desembarcaram em Porto Alegre e montaram acampamento na Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini.

Indignados e descontentes com a postura do governo e descrentes quanto ao cumprimento das promessas feitas por Tarso Genro e José Eduardo Cardozo na audiência pública realizada no dia 01/08/2013, os povos tradicionais e originários organizaram um movimento pacífico que, pela postura do governo, infelizmente acabou em conflito.

O objetivo do movimento consistia na entrega de um documento conjunto aos representantes do palácio e na exigência de que Tarso Genro apresentasse uma resposta formal, concreta e definitiva, de caráter transparente e leal, quanto às intenções do governo em relação à demarcação das terras indígenas e quilombolas no Rio Grande do Sul.

Os representantes do governo gaúcho, tão logo tomaram consciência do acampamento, providenciaram grades de contenção e foi, não pela primeira vez na história, a Brigada Militar

quem deu as boas vindas aos povos que exerciam seu direito de protesto e cobrança ao posicionarem suas fileiras em frente às portas do Piratini.

Por parte dos povos, foram dois dias intensos de solidariedade e convívio tranquilo entre os acampados e as pessoas que se aproximavam curiosas. Breves conversas foram o suficiente para que os transeuntes deixassem o local do acampamento espantados e pasmos com os relatos da situação enfrentada pelos povos tradicionais nas aldeias, quilombos e acampamentos do estado.

Na tarde do dia 29 de agosto, ao som das danças e cantos do Povo Kaingang, foi entregue e protocolado junto à Casa Civil, um documento assinado pelas lideranças no qual se pedia não mais do que a oficialização e o registro escrito das promessas que o governador já havia feito aos povos indígenas e quilombolas a mais de três meses, quando este se comprometeu enfaticamente com as demarcações.

Foi apontado por Ricardo Zamora, chefe de gabinete do governador, que a resposta ao documento seria apresentada e/ou proferida no dia posterior. Os indígenas e quilombolas, acampados em suas barracas de lona, pacientemente esperaram.

No dia seguinte, 30 de agosto, os grupos de dança e canto Kaingang voltaram a fazer suas apresentações em frente ao palácio, dando um bonito “bom dia” ao Governador. Em volta de uma fogueira, alimentada com ramos verdes, o cacique Francisco entoava palavras de esperança e cantos que arrancaram lágrimas daqueles que passavam e paravam para assistir. Ao seu redor, dançava a juventude Kaingang e próximo à roda que se formara, representantes quilombolas também entoavam suas centenárias canções.

Enquanto os caciques preparavam-se para a reunião, os jovens continuavam dançando com os corpos pintados, trajando suas roupas tradicionais e ornamentados com lanças, arcos, tacapes e bordunas. Tais armas, que possuíam caráter figurativo, só poderiam apresentar perigo para a consciência e o senso moral dos representantes do Estado. Estes por sua vez, permaneceram a manhã inteira escondidos e silenciosos por detrás das paredes do palácio, sem dar a mínima resposta ou qualquer outro tipo de apoio aos povos que continuavam do lado de fora.

Foi somente próximo ao final da manhã que a paciência dos indígenas e quilombolas teve seus pilares abalados pela primeira vez. Ricardo Zamora, ao aproximar-se das grades de contenção que impediam o acesso do povo ao governo, questionou a indigenistas e lideranças sobre o caráter e pertinência do ato, uma vez que, segundo ele, o Governo do Estado não possuía nenhuma atribuição no que diz respeito aos processos de demarcação de terras indígenas.

A fala de um representante oficial do governo evidenciou, mais uma vez, a falta de seriedade e postura das promessas feitas pelo próprio governador. Lembramos que o próprio chefe do governo gaúcho, sr. Tarso Genro, garantiu em mais de uma oportunidade, que o Governo do Estado se responsabilizaria por, de forma conjunta com a União, realizar a indenização plena dos agricultores. Esta responsabilidade, segundo Tarso, parte da clara noção por parte de seu governo de que o próprio Estado do Rio Grande do Sul assentou e titulou de forma ilegítima e ilegal colonos sobre terras indígenas.

O mais doloroso, é que Zamora, como tantos outros secretários, retiram as responsabilidades de ação do governo sempre que estas passam a significar a resolução do problema via demarcação de terras, porém, não mediram esforços, inúmeras vezes, em colocar o governo do Estado como “personagem” central e diretamente interessado quando, numa sobreposição de atribuições, foram até procuradores da República solicitar a suspensão imediata de pelo menos três terras indígenas do Rio Grande do Sul.

Da mesma forma, a postura do governo até agora, tem sido a de colocar-se como protagonista, quando em atitude de má fé, elege e legitima representantes da Farsul e dos setores conservadores da Fetraf-sul como interlocutores de todos os agricultores do Estado. Estes poucos legitimados pelo governo são aqueles que promovem o falso discurso de que todos os colonos são indubitavelmente contra os interesses de indenização e demarcação.

Golpe mais doloroso para os indígenas e quilombolas, foi a notícia de que Tarso Genro, além de marcar pessoalmente presença do governo na Expointer – feira tradicional do Agronegócio – provavelmente permaneceria no evento até o fim do dia. Justamente neste evento, estava ocorrendo uma grande mobilização dos ruralistas (de peso e nível nacional) pelo fim imediato das demarcações e alteração dos procedimentos demarcatórios.

Ainda no fim da manhã, demais atingidos pelas políticas governamentais (ou pela falta delas) acabaram por levar as vozes sindicais ao encontro das vozes originárias. Representantes do Cprs, CSP-Conlutas, CUT, CTB, NCST, Força Sindical, UGT, CGTB e CSB foram à frente do palácio protestar em nome da educação e acabaram intercalando suas demandas e protestos com as falas das lideranças que ali se encontravam. Obviamente, o teor das falas indígenas e quilombolas mostravam claramente o descontentamento dos povos com o governo. Quanto mais passava o tempo, menor ficava a paciência das lideranças.

Quando a manhã começava a virar tarde, Zamora reapareceu e anunciou que a resposta oficial do governo seria anunciada aos indígenas e quilombolas às 15hs30min, daquele mesmo dia.

Porém, o que deveria ser uma tarde de definições virou uma tarde de tragédia e violência contra os povos indígenas e quilombolas. Próximo do horário prometido por Zamora, lideranças e demais representantes (idosos, crianças e mulheres indígenas e quilombolas), bem como apoiadores de movimentos sociais fixaram-se próximos das barras de contenção para esperar uma posição do governo.

As danças e cantos recomeçaram por parte dos jovens, enquanto indígenas utilizavam o microfone para falar abertamente ao governo ou para as pessoas que por ali se encontravam ou passavam. A publicização das conversas com o Poder Público é a única certeza que possuem indígenas e quilombolas de que não serão novamente enrolados pelo governador.

Se algumas das falas dos indígenas puderam ser interpretadas como agressivas por algum transeunte que por ali passava, a sequência de denúncias das condições de vida dos povos e do descaso dos governos garantiam logicamente a naturalidade e a legitimidade destes discursos.

Quando o relógio marcou o horário prometido sem que houvesse sequer notícias dos representantes do governo, Luiz Salvador, liderança Kaingang escolhida pelos demais para coordenar a atividade, ao ver as portas do palácio permaneciam fechadas dirigiu-se até ela.

Anteriormente a isso, proferiu discurso aos policiais que se encontravam em frente à porta, alertando a estes que os povos ali presentes não eram seus inimigos, mas que os indígenas e quilombolas, por respeito a suas famílias e seu próprio povo não poderiam deixar seus direitos serem destruídos e desconsiderados.

Salvador largou o microfone, deixou sua lança no chão à no mínimo dois metros antes de chegar à grade de contenção e calmamente avançou em direção a porta, passando pelo espaço provindo da remoção de um pequeno pedaço das grades.

Trajando apenas um calção e nada mais com os braços postados para cima em posição de paz, Luiz Salvador aproximou-se e explicou que sua intenção era a de falar com os representantes do governo. A movimentação dos policiais sacando de pronto suas armas, munidas com balas de borracha, causou alvoroço entre os indígenas e manifestantes.

Ignorando a presença de crianças e idosos, os policiais, sem explicação, abriram fogo de maneira indiscriminada. Primeiro com bombas de gás e de efeito moral, que fizeram tombar idosos indígenas e quilombolas enquanto o povo se afastava das primeiras balas de borracha. Não houve nenhuma manifestação do governo quanto ao cessar fogo, e seus representantes só mostraram as caras, 30 minutos depois do ataque policial.

Em resposta a esta agressão, indígenas e demais pessoas se defenderam com o que tinham em mãos, no caso, as lanças e flechas que trouxeram para as manifestações culturais e hastes de bandeiras. Os policiais atiraram a esmo com as balas de borracha contra o corpo de

crianças e chegaram a atingir com bombas de efeito moral, idosos que se encontravam dentro do acampamento da Praça da Matriz a muitos metros do local.

Depois deste ataque covarde, manifestantes dividiram-se entre os pedidos de calma e agressões verbais aos policiais. Enquanto isso, crianças alvejadas por balas de borracha e idosos (entre eles um quilombola de mais de 100 anos) foram levados aos hospitais pela Sesai – Secretaria Especial de Saúde Indígena – e por equipes voluntárias, com problemas respiratórios.

O ataque à Assembleia dos Povos Originários foi à resposta do governo às demandas indígenas e quilombolas. Lamentavelmente foi com covardia, bombas de efeito moral e balas de borracha que o governo Tarso recebeu as lideranças e representantes dos povos tradicionais e originários, que saíram das suas aldeias, viajaram quilômetros, dormiram em barracas e suportaram o frio, na esperança de conseguirem manter vivos os direitos constitucionais que ainda lhes restam.

A data do dia 30 de agosto, que ficou marcada pela violência e pela agressão contra os povos indígenas e quilombolas, era na verdade, a data limite do prazo prometido pelo próprio governador do RS e pelo ministro da Justiça para a apresentação do cronograma de demarcações, indenizações e do posicionamento do governo em relação a esta problemática.

Depois do incidente, um grupo de representantes de Tarso Genro dialogou com algumas lideranças indígenas. Foi entregue a estas lideranças um documento onde o governador se “compromete” apenas a realizar uma nova reunião marcada para dia o dia 04 de setembro. Restou para o movimento, garantir que nesta reunião estejam presentes o Ministério da Justiça, o Ministério Público Federal e a Funai. Os indígenas e quilombolas pressionarão para que a imprensa e os grupos indigenistas também sejam admitidos. Fica a esperança de que estes órgãos cumpram com seus papéis, regulem as atitudes do governo e ajudem a garantir os direitos dos povos tradicionais e originários.

A postura do governo demonstrou mais uma vez que Tarso Genro descumpriu o prazo e desonrou as promessas anteriormente firmadas com as lideranças. Caso contrário, se nesta data, que correspondia ao fim do prazo dado pelo próprio governador, houvesse alguma resposta, esta deveria ter sido apresentada às lideranças durante as suas primeiras manifestações ainda no dia anterior (29/08).

Traidores dos povos serão lembrados

As atitudes do governo causaram, não pela primeira vez, cenas lamentáveis e plenamente evitáveis de violência e desrespeito aos direitos humanos, evidenciando cada vez mais para qual lado pende o Partido dos Trabalhadores na balança entre os direitos dos povos originários e tradicionais e os interesses do latifúndio e do agronegócio.

A luta do movimento indígena, quilombola e dos aliados que se somaram a esta empreitada não acelerou na verdade a articulação do Governo do Estado com os ruralistas. Não foi uma simples escolha de lado, onde o governo posicionou-se taticamente. Na verdade esta luta assume o papel de ser um holofote, que mantendo forte seu foco sobre o governo acaba por evidenciar estas ligações e relações promíscuas do Partido dos Trabalhadores com o agronegócio a nível estadual e nacional. Estas relações são fortes e estão tecidas há muito tempo. Esta aliança não pode, nem deve ser vista como uma correlação de forças necessária. As práticas governamentais são crimes políticos e estão sendo apontadas pelos movimentos sociais como o abandono do governo ao povo e aos oprimidos.

Cabe lembrar que a história tem há muito demonstrado que na dialética da vida os opressores têm lugar certo e serão apontados como traidores do povo na memória coletiva que será passada às futuras gerações. Os indígenas não esquecerão jamais da política antiindígena do governo Tarso, do desmanche aos direitos tradicionais do governo Dilma e muito menos da política violenta, opressora e coerciva que o Partido dos Trabalhadores herdou da ditadura militar e passou a implementar de maneira tão natural.

A violência, as negligências, o vacilo político, as práticas coercivas e o ataque aos direitos básicos do povo por parte dos governos tem surtido efeito e desenha no horizonte um conflito trágico mas que se faz cada vez mais necessário. Todo derramamento de sangue e as sequelas sociais causadas por este conflito serão responsabilidade do Estado.

Os indígenas vistos como minoria eleitoral e demográfica não estão mais sozinhos, e ao movimentarem-se teceram as primeiras costuras de uma articulação mais ampla entre “o campo, a cidade e a floresta”. Quilombolas e indígenas aos poucos viram uma só voz e a eles somam-se os movimentos camponeses e urbanos que não abdicaram da luta do povo. A resistência vira uma bandeira que não mais apenas se defende, mas sim, que começa a ser usada como estandarte para o avanço na conquista dos direitos historicamente negados.

Garantir a continuidade dos processos de demarcação é apenas o primeiro passo de muitos a serem dados pelo longo caminho da libertação e da autonomia dos povos indígenas. A cada dia um novo e maior passo será dado até que se possa ter acesso a aquilo que não pode mais ficar tão longe, as terras tradicionais e imemorialmente ocupadas por estes povos.

Se o momento se faz de luta para os povos indígenas, o movimento indigenista se fará igualmente combativo. Os indigenistas estarão junto com os indígenas e com os povos tradicionais lutando com as armas que tem para garantir seus direitos. Pelo direito à vida, pela justiça, pela dignidade humana e pelo acesso dos povos originários a seus territórios tradicionais. À revelia do latifúndio, viva o acesso livre à terra livre. Lutaremos e resistiremos.

Estão sendo considerados inimigos dos povos indígenas em nível estadual:

O governador Tarso Genro.

O assessor do Governador e representante da Consulta Popular, Milton Viário.

O secretário dos Direitos Humanos, Fabiano Pereira.

O secretário de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), Ivar Pavan.

O chefe de Gabinete da SDR, Inácio Benincá.

O diretor geral da SDR, Elton Scapini.

Os setores conservadores da Fetraf-Sul e da Farsul.

Rio Grande do Sul, 02 de setembro de 2013.

Cimi Sul – Conselho Indigenista Missionário-Regional Sul

GAPIN – Grupo de Apoio aos Povos indígenas

CAIK – Conselho de Articulação Indígena Kaingang

Para entender mais:

1. “Ruralistas usam indígenas como massa de manobra” (entrevista concedida por Roberto Antônio Liebgott a revista O Viés):

<http://www.revistaovies.com/entrevistas/2013/06/roberto-liebgott-ruralistas-usam-pequenos-como-massa-de-manobra/>

2. Reunião entre Governo Tarso e lideranças indígenas e quilombolas (vídeo – Coletivo catarse):

<http://www.youtube.com/watch?v=njWCPAFenXl>

3. Indígena foi baleado após governo Tarso Genro se omitir em conflito entre os Kaingang e agricultores (reportagem CIMI & COMIN):

<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7037>

4. Reportagem sobre promessas do Governador Tarso Genro aos Agricultores em Erechim:

<http://alfonsin.com.br/tarso-garante-posse-de-terra-a-agricultores/>

5. Carta moção dos Povos Indígenas denunciam Políticas do Governo e repudiam compra de terras:

<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7093>

6. Nota do Governo sobre solução apresentada para as áreas indígenas no Rio Grande do Sul:

<http://www.rs.gov.br/noticias/1/114661/Governo-do-Estado-apresenta-propostas-para-impasse-das-areas-indigenas-no-RS>

7. Repressão policial contra indígenas e quilombolas em POA (vídeo – Coletivo O Vies”):
<http://www.youtube.com/watch?v=jZxMjOr4X1I>